

O Movimento Quilombola e a luta por direitos

Entrevista com Vercilene Dias

Priscylla Monteiro Joca¹
Rosa Peralta²



Nesta edição, a Revista InSURgência apresenta entrevista inédita com a advogada e pesquisadora Vercilene Dias, da Comunidade Remanescente de Quilombo Kalunga, do estado de Goiás. As perguntas foram elaboradas e conduzidas por Priscylla Joca e Rosa Peralta. O diálogo foi realizado no dia 8 de novembro de 2019, por meio virtual.

- 1 Membro do IPDMS – Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais e doutoranda em Direito pela Universidade de Montréal.
- 2 Rosa Peralta é Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da UFPB e acompanha a luta quilombola desde 2005. Atualmente, é agente de mobilização e advocacy na organização canadense de solidariedade internacional Comité pelos direitos humanos na América Latina (CDHAL).

Vercilene Dias é advogada popular, Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás e Diplomada em Estudo Internacional em Litígio Estratégico em Direito Indígena pela Pontifícia Universidade Católica do Peru. Em 2018, foi diplomada com honra ao mérito como ex-aluna de destaque, por ocasião da comemoração dos 120 anos da Faculdade de Direito da UFG. Atualmente é Assessora Jurídica na Terra de Direitos e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).



- 1) Sabemos que grande parte da sociedade não tem conhecimento sobre a luta Quilombola ou mesmo a existência de quilombos. Como você percebe esse contexto e quais caminhos você aponta para mudar essa realidade e visibilizar cada vez mais os povos e comunidades quilombolas e seus diversos modos de re-existência?

A história do povo escravizado no Brasil foi invisibilidade numa tentativa de apagar as mazelas que perpassaram os povos tirados de África, o que não foi diferente com o quilombo que teve sua formação por volta no século XVI, com a insurgência dos povos escravizados trazidos de África e teve como primeiro exemplo o Quilombo de Palmares liderado por Zumbi. Com o fim do sistema escravocrata, os quilombos e os próprios quilombolas, que eram criminalizados socialmente, caíram no esquecimento pelo Estado e pela sociedade, numa tentativa de sobrevivência os próprios quilombolas preferiram a invisibilidade. O que muda na década de 80 no Brasil, primeiro pela expansão do agronegócio sobre os territórios ocupados pelos povos quilombolas, e segundo pelo reconhecimento na Constituição dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombo. Os primeiros passos

para visibilizar a luta quilombola já foram tomados por nós, quilombolas. O empoderamento dos quilombolas enquanto povos coletivos, com a apropriação do nome quilombola e reconstrução de um novo conceito de quilombo juntamente com os estudiosos da antropologia e história. O conceito é mutável assim como os quilombos que estão em constante transformação. O segundo passo foi a ocupação dos espaços sociais, que a sociedade acredita não ser lugar de quilombola, fazer resistência e se fazer visível na luta por melhorias.

- 2) Você poderia nos contar um pouco da história do Quilombo Kalunga e sobre o que este quilombo tem a ensinar sobre resistência e luta por direitos?

O Quilombo Kalunga que está localizado no estado de Goiás, entre os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, tem sua origem histórica na época aurífera iniciada por volta de 1722, com a chegada ao Planalto Central de Bartolomeu Bueno da Silva. Juntamente com um grupo de pessoas escravizadas que insurgiram contra os horrores da servidão na região às margens do rio Paranã e de seus afluentes foi se desenvolvendo um agrupamento de ex-escravizados. Essa sociedade à parte constituiu-se sobre valores comunitários de solidariedade e cooperação, passando pelos anos cruéis da servidão até a contemporaneidade, que resistiu e vem resistindo ao furor do tempo e do desenvolvimento capitalista, que vez e outra investe de alguma forma sobre o modo solidário e cooperativo de ser e viver do povo Kalunga.

A invisibilidade histórica que pairava sobre o Quilombo Kalunga, desde o Brasil colônia, foi rompida na década de 80 com os estudos da antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, juntamente com o extinto Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – IDAGO. A partir daí inicia-se um longo período de estudos que trouxeram cor e voz aos sujeitos do Quilombo. Esses estudos desdobraram-se no reconhecimento pelo governo estadual do Quilombo Kalunga e iniciou-se um complexo e contundente trabalho de regularização fundiária, conferindo à região o status de Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga pelo estado de

Goiás em 1991 e, posteriormente, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, sendo o primeiro Quilombo reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2004.

Abrangendo uma área de aproximadamente 262 mil hectares, com aproximadamente 900 famílias, mais de 5 mil pessoas e formado por 39 comunidades, cercados por serras, cobertos pela beleza indomável dos cerrados, cortado pelas forças dos rios, encoberto por um céu azul celeste que ecoa o canto dos sábios e bem-te-vis. Características que facilitaram o isolamento e permitiram o desenvolvimento do Quilombo com sua forma única de viver e de se relacionar com a terra e com a natureza, que até hoje não teve sua regularização fundiária concluída pela União, por meio de seu órgão regulador o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

- 3) Como mulher, advogada e mestre em Direito pela UFG, como você vê a participação das mulheres negras e quilombolas nos espaços de decisão política, nas instituições e no sistema de justiça no Brasil? Quais mecanismos e estratégias jurídicos, sociais e políticos podem ser realizados a fim de tornar essa participação mais justa, democrática e equânime?

Ao meu ver, é mínima a participação das mulheres quilombolas na política brasileira. Tivemos algumas candidatas na política em nível regional e as mulheres quilombolas já ocuparam cargos políticos. Hoje, tenho conhecimento de uma mulher. Em nível estadual algumas tentaram sem sucesso e não tenho conhecimento de alguma que ocupe cargo legislativo. Em nível nacional desconheço, embora algumas tenham tentado se eleger, porém sem muito sucesso. Mas sua participação no meio político na luta por melhorias quilombolas são bem ativas na busca por direitos. Quanto mais essas mulheres são protagonistas em suas lutas, mais elas ficam expostas, com isso também ocorre um aumento da violência e assassinatos, como evidencia o Relatório de Pesquisa feito pela Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas juntamente com a Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos, “Racismo e Violência Contra Quilombos

no Brasil” publicado em 2018. As mulheres quilombolas estão bem organizadas na luta, pois são elas as mais violadas em seus direitos enquanto mulher negra quilombola. No sistema de justiça a participação é mínima, são poucas advogadas quilombolas no Brasil, são essas as poucas participações ativas no sistema de justiça, o que dificulta nossa participação no sistema de justiça. Costumo dizer que você só vê a participação da mulher no sistema de justiça no banco dos réus na luta na defesa dos seus territórios, as que conseguem chegar lá que não são silenciadas no meio do caminho. Para mudar essa realidade é preciso muitos passos, e um passo principal é a viabilização de políticas públicas para esse público feminino acessar os meios necessários, principalmente o acesso à educação.

- 4) Em 2008, os quilombolas tiveram uma grande vitória com a decisão do STF da constitucionalidade do Decreto 4.887 e, entre 2016 e 2018, foram tituladas 18 terras quilombolas, embora algumas apenas parcialmente e esse número estando ainda muito longe do ideal. A que você atribui esses avanços em um momento de tantos retrocessos desde a saída da Presidenta Dilma?

Atribuo a nossa luta e resistência quilombola, que não importa qual contexto estejamos inseridos, continuamos resistindo e lutando pelos nossos direitos de estar, permanecer e existir.

- 5) Por outro lado, tudo indica que, em 2019, tudo será mais difícil para os quilombolas e outros movimentos sociais. Por exemplo, há violação crescente de direitos territoriais, acirramento de conflitos socioambientais, agravamento de destruição e impactos ambientais e retrocesso de direitos e políticas públicas relacionados aos povos indígenas, quilombolas e ambientais. Esses contextos, que já eram críticos, parecerem estar se agravando vertiginosamente. Quais são as análises do movimento quilombola sobre a conjuntura atual no Brasil?

Avaliamos que os cenários são ruins, mas para nós, quilombolas, ele nunca foi bom. Registramos, nestes últimos tempos, um crescente

aumento da violência no campo, ameaças e violências contra quilombolas e minorias. Isso fica evidente com mais frequência, a partir do momento que o presidente da república defere palavras de cunho racista e discriminatório, subjugando os quilombolas como pessoas inferiores, disseminando ódio contra essas minoria. Ao invés de pensar políticas públicas e medidas para diminuir as desigualdades e a violência contra os povos quilombolas, a começar, por exemplo, pela implementação urgente de uma política eficaz de regularização fundiária dos territórios quilombolas, ele insiste no ódio aos quilombolas e permite a invasão de seus territórios por empresas e grileiros.

- 6) Ainda refletindo sobre o atual momento no Brasil... De que maneira os retrocessos relacionados ao direito do trabalho, a direitos humanos e socioambientais afetam particularmente povos, comunidades e pessoas quilombolas no país?

O movimento quilombola vê com grande preocupação o retrocesso imposto pela Reforma da previdência, que atinge diretamente os povos quilombolas do campo e, principalmente, as mulheres, que terão mais dificuldades para se aposentar.

Com o retrocesso no direito socioambiental com a potencialidade de abertura do licenciamento ambiental em territórios quilombolas, com a liberação de empresas para adentrar nosso território e os embates com as frentes de lutas nos territórios agrava ainda mais as violações dos direitos humanos, violações estas que nunca cessaram com relação aos povos quilombolas, o que levanta um alerta para a segurança física dos povos que estão à frente na luta.

- 7) E quais ações ou estratégias estão sendo desenvolvidas pelo movimento quilombola a fim de seguir resistindo e lutando em 2019 e além?

As pautas quilombolas são dinâmicas e diversificadas, mas a pauta principal é a luta pela regularização do território. Nesse novo cenário político, ocorreram algumas mudanças na estratégia de luta, tendo

como prioridades algumas lutas diversas que envolvem o território, o que não prejudicou a pauta principal pela titulação. Nesse sentido, algumas pautas estão sendo priorizadas, abrindo um leque de frentes de luta quilombolas. O que inclui grande preocupação com a segurança das lideranças quilombolas que estão na frente de lutas diante desse cenário de criminalização dos movimentos sociais.

- 8) Você foi a primeira mulher quilombola a obter o título de Mestre em Direito no Brasil através da Universidade Federal de Goiás onde você cursou também a graduação em Direito. Por que você escolheu essa área acadêmica? Ou o que a levou a escolher essa área? Quais desafios e conquistas você ressaltaria em sua trajetória acadêmica?

Os motivos que me fizeram escolher essa área de atuação não se desvinculam da minha luta atual, que continua sendo a mesma. Quando ainda não sabia o que era Direito, eu já alimentava uma vontade imensa de ajudar as pessoas, em especial minha família que sofria com as ameaças no território. Ameaças de uma pessoa que se dizia ser dono daquelas terras. O maior desafio dentro da universidade e especificamente no Direito, foi conciliar um entendimento coletivo de uma vivência de muitos anos com a visão do Direito moderno privado antidualista. Ao tentar explicar isso ao professor e não ser entendida, comecei a entender que a Universidade também é um espaço de luta e resistência, e uma das maiores resistências era ocupar aquele espaço de colegas e professores brancos, que jamais entendiam minha especificidade ou a diversidade existente no país. Me lembro de uma passagem, quando entrei no curso superior na Faculdade de Direito da UFG, quando ouvi alguns colegas relatarem que ganharam presentes bem caros dos pais, quando contei pro meu pai ele me deu três litros de farinha e eu fiquei muito feliz. Eu entendia que ele não tinha e não tem condições de me dar presentes valiosos como os dos meus colegas. Na época, fiquei com vergonha de contar o presente que ganhei do meu pai. Estar naquele espaço me fez perceber que eu tinha uma responsabilidade muito grande enquanto quilombola,

era a primeira quilombola a ingressar naquele curso de Direito, comecei a pensar que não poderia fracassar jamais, pois o meu fracasso não seria somente o meu fracasso, mas o fracasso dos quilombolas. De certa forma, as meninas do meu quilombo viam em mim uma inspiração. Não podia decepcioná-las, precisava incentivá-las a estar no mesmo espaço que eu. Foi uma das minhas maiores conquistas dentro da Universidade, sou muito grata por elas terem ido para a Universidade, pela companhia delas, acredito que, assim como para mim, para elas também não foi fácil, mas elas assim como eu não desistiram.

- 9) Você ingressou na graduação em direito através do Programa UFGInclui. Como você vê a importância de ações afirmativas nas universidades públicas a fim de estimular o ingresso de quilombolas e negras e negros na educação pública superior? E como você percebe, sente e analisa a atual política de educação aplicada às universidades públicas no governo atual?

As ações afirmativas têm sido uns dos instrumentos mais eficientes na inclusão de uma diversidade étnica e cultural no ensino superior no Brasil, inclusive de estudantes quilombolas. As Universidade e a sociedade sentem a importância da presença dessa diversidade nesses espaços. Há uma diversidade nas mudanças das produções acadêmicas, a troca de conhecimento e experiências da Universidade e dos povos diversos.

A política de educação do governo atual ameaça essa diversidade e dificulta o acesso das minorias ao ensino superior. O rumo que esta política está tomando, com a intensão do governo de privatizar o ensino superior no país, dificultará ainda mais a presença de uma diversidade nas Universidades, pois essas minorias não terão condições econômicas de custear um ensino superior.

- 10) De modo geral, como você vê a participação de quilombolas, e de mulheres quilombolas mais especificamente, em ambientes acadêmicos? Quais críticas você aponta em relação à Academia? E qual é a importância de se estimular o ingresso de quilombolas

em cursos de pós-graduação e de se formar cada vez mais pesquisadores, pesquisadoras, professores e professoras universitários quilombolas?

Antes de 2011 quase não se ouvia falar na presença de mulheres quilombolas no meio acadêmico. O mundo acadêmico, como qualquer outro espaço, sempre foi ocupado por pessoas brancas é um espaço repressor/opressor que te adocece, mas é um espaço de resistência. Um espaço que precisamos ocupar, pois não toleraremos mais ver pessoas não quilombolas falando em nome de quilombolas, como se soubessem o que sentimos na pele e no corpo. Precisamos deixar de ser objetos de pesquisa e nos tornarmos pesquisadores.

- 11) Você, além de pesquisadora, é também uma advogada popular que atua na Terra de Direitos e na CONAQ. Como você compreende a prática da advocacia popular? E como você analisa a importância de existirem advogados e advogadas populares que sejam quilombolas e que atuem junto aos povos e às comunidades quilombolas?

Advocacia popular é um modo diferente de fazer advocacia, que abrange uma diversidade de práticas jurídicas e também políticas, comprometidas institucionalmente diante dos sérios problemas políticos e sociais em que se vive no Brasil. Compreendido como um instrumento necessário para a defesa dos direitos humanos, que tem como base a busca de um direito ou justiça diferente daquela construída no sistema de justiça tradicional, meritocrático, paternalista, insensíveis às causas daqueles que mais são marginalizados e privados de acesso à justiça. É importante a presença de advogadas quilombolas, tanto pela representatividade de estar ocupando esses espaços e representar uma diversidade quilombola, e ainda por entender e dialogar com as especificidades das demandas quilombolas.